

Uma economia política da Biblioteconomia?¹

Willian E. Birdsall

Diretor Executivo da *Novanet*, consórcio de bibliotecas acadêmicas de Nova Scotia, Canadá. Ph.D. pela University of Wisconsin e *Master* em Library Studies pela University of Minnesota. Autor do livro *Myth of the Electronic Library* (1994), entre outros. e-mail: billbirdsall@accesswave.ca.

Os bibliotecários vêm se empenhando em assegurar que as bibliotecas façam parte das infra-estruturas nacionais e globais de informação emergentes. A criação dessas infra-estruturas é comumente apresentada como o resultado dos avanços da tecnologia de informação, particularmente da convergência entre computação e telecomunicações. Tal visão encoraja os bibliotecários a acomodarem-se na análise de que o desafio que lhes é apresentado é apenas técnico. Não se trata disso. A transformação potencial das bibliotecas derivada dos desenvolvimentos na tecnologia da informação não pode ser divorciada das forças políticas e econômicas que dirigem a mudança tecnológica. Conseqüentemente, este artigo sustenta que há necessidade de uma economia política da biblioteconomia.

¹ Originalmente publicado em *Hermès: revue critique*, Montreal, n. 6, printemps/été 2000. Disponível em <http://pages.globetrotter.net/charro/HERMES6/birdsall.htm>

Tradução: Lídia Silva de Freitas (Prof.^a Dr.^a do Departamento de Ciência da Informação - Universidade Federal Fluminense (UFF) e do Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação UFF-IBICT) e de Laffayette Alvares Jr. (Bibliotecário da Universidade Federal Fluminense, Mestrando do Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação UFF-IBICT). Revisão de Patricia Ford.

Palavras-chave: Biblioteconomia; Economia Política; Infra-estrutura de informação; Políticas públicas de informação.

Recebido em 21.02.2005

Aceito em 22.03.2005

Introdução: uma proposta de reconstrução

A expressão *economia política* evoca para muitas imagens de excêntricos economistas dos séculos XVIII e XIX. E, de fato, assim é. Todos os grandes fundadores da moderna economia daqueles séculos – Adam Smith, Thomas Malthus, David Ricardo, John Stuart Mill, Karl Marx – foram economistas *políticos* porque eles reconheciam a íntima conexão entre economia e política, entre economia e Estado. O foco da economia clássica do século dezoito era a natureza e geração da riqueza das nações, como exemplificado pelo seu mais famoso expoente, Adam Smith. Como observa o historiador econômico Robert Heilbroner, *o atributo do jovem capitalismo mais atrativo para [Adam] Smith era político, não econômico.* (HEILBRONER, 1996, p.56) Os primeiros economistas políticos tentavam explicar, não apenas o novo fenômeno do mercado de capitais, mas também seu relacionamento com o Estado e o bem estar de seus cidadãos.

Várias escolas de economia política têm coexistido, incluindo a clássica ou liberal, a marxista e, mais recentemente, a institucional. (BABE, 1995, p.72-75) Nessa última os economistas políticos tentam escapar das conotações ideológicas que cercam as tradições liberal e marxista. Em vez disso, enfocam mais o mundo concreto dos processos das políticas e políticos, os agentes de políticas e como eles se relacionam com as forças econômicas. Qualquer que seja o foco ou método,

[...] a questão política central imediata no capitalismo, a questão que assume uma proeminência freqüentemente obsessiva em toda nação capitalista [...] é a do relacionamento entre negócios e governo, ou, em uma perspectiva algo mais distanciada, entre a economia e o Estado. (HEILBRONER, 1992, p.50)

A nascente economia política foi a base das modernas ciências sociais: de fato, as ciências econômicas e políticas a partir do século XX se tornam disciplinas profissionais que demarcam esferas separadas para investigação da vida social. Entretanto, mais recentemente há o reconhecimento de que a separação da economia e da política como disciplinas distintas é artificial. Como Todd Buchholz, estudioso de teoria econômica e ex-membro do Conselho de Política Econômica da Casa Branca, observa: *O elo mais forte entre a economia e o mundo real tem sido sempre político.* (BUCHHOLZ, 1989, p.2) A economia política é um florescente campo acadêmico, como atesta o exame dos títulos das listas *in-print* de respeitáveis editoras universitárias. De fato, com relação ao termo economia política, o *Oxford Dictionary of Economics* (BLACK, 1997) afirma:

“Pode-se argumentar que ela [economia política], é realmente o melhor nome para o assunto [economia], pois chama a atenção para a motivação política das políticas econômicas: os agentes de políticas e lobbistas freqüentemente estão mais preocupados com a distribuição da renda do que com a eficiência das políticas implementadas”. (BLACK, 1997, p.357)

Qual a distinção entre um economista político e um economista comum, no sentido usualmente conhecido? O professor de Estudos da Comunicação da Universidade de Ottawa, Robert Babe afirma que os economistas políticos *colocam a questão do poder em primeiro plano*. (1995, p. 63). Eles reconhecem que o sistema econômico não deriva de alguma lei divina ou natural, mas é uma criação humana que não pode ser divorciada de considerações sobre as relações de poder na sociedade. Assim, de acordo com Babe, economia política [...] *busca reintegrar, para fins de compreensão e análises, a organização política e a economia*. Então, economistas políticos [...] *enfocam o impacto de leis, da regulamentação, da influência política e dos processos governamentais na atividade econômica e, inversamente, a forma e o grau em que a atividade econômica e as questões financeiras pressionam os processos legislativos e legais*.

A economia política é, então, [...] *o estudo da economia como um sistema de poder*. (BABE, 1995, p. 71) Empresários e especialistas em políticas defendem a diferenciação entre a economia e o Estado, mas a economia política revela que economia e política são entrelaçadas por relações de poder. Como indica a definição do *Oxford Dictionary of Economics* citada, a preocupação primária dos agentes de políticas e daqueles que tentam influenciá-los é mais frequentemente seu próprio interesse, não o bem público, um ponto particularmente digno de nota quando nos voltamos para o atual domínio político da biblioteca².

Nenhuma profissão ligada à administração de uma instituição pública, como a biblioteca, pode ignorar a necessidade de promover sérias pesquisas na esfera político-econômica das políticas públicas. Compreender a permanente ligação entre economia e política é crucial para compreender o atual domínio político da biblioteconomia. Para alcançar esta compreensão é necessário desenvolver uma economia política da biblioteconomia. Atualmente, o foco da atenção dos bibliotecários para a política e a economia é a defesa política da geração de maiores recursos financeiros para bibliotecas. Tal defesa é reconhecidamente muito importante e os bibliotecários têm se tornado cada vez mais sofisticados ao fazê-la. Entretanto, afirmo que os bibliotecários necessitam investir mais esforços em pesquisar as dinâmicas políticas e econômicas que definem os contextos passados e atuais das bibliotecas. As bibliotecas são criatura e instrumento de políticas públicas derivadas de processos políticos. Compreender esses processos inclui avaliar a conexão entre organização política e economia. Essa conexão define o domínio político da biblioteca e a base para a alegação deste artigo de que é necessário desenvolver uma economia política da biblioteconomia.

Ideologia e fatalismo

É especialmente importante neste momento que os bibliotecários se preocupem com as relações de poder corporificadas na economia e na organização política porque grande parte das políticas públicas governamentais de informação estão atualmente sob o encanto de uma ideologia da tecnologia da informação. (BIRSALL, 1996) Há uma ideologia que promove fins econômicos em detrimento da vontade política e do poder da cidadania em geral. Essa ideologia promove a soberania do consumidor sobre a soberania do cidadão. Assim, denigre o valor de instituições públicas como a biblioteca e

² *Political realm of library* – Optamos pelo termo 'domínio' ao invés de 'reino' ou 'campo' por envolver mais claramente as práticas, técnicas e relações sociais, conectando política e economia, como explicita o autor. (N. T.)

defende a transposição dos serviços que elas oferecem da categoria de bens públicos para a categoria de mercadorias a serem comercializadas no mercado.

A ideologia da tecnologia da informação consiste na seguinte cadeia de premissas:

- A tecnologia da informação é a causa única de inevitáveis transformações econômicas, sociais e culturais da sociedade industrial para uma sociedade da informação.
- Numa economia baseada no conhecimento apenas o mercado deve determinar como a informação, sua matéria-prima principal, é gerada, estabelecido seu preço e distribuída.
- O mercado é mais eficiente quando o governo não intervém, especialmente na economia global.
- O papel primordial do governo é promover um mercado competitivo através da desregulamentação, privatização e pelo desenvolvimento do comércio eletrônico.
- A economia baseada no conhecimento requer um novo tipo de trabalhador, um trabalhador do conhecimento que seja preparado para ir a qualquer lugar do mundo vender suas habilidades.
- Do trabalhador do conhecimento é esperado que não tenha qualquer lealdade com a comunidade local e com suas instituições públicas.
- A economia baseada no conhecimento também requer um novo tipo de cidadão, o cidadão como consumidor. A responsabilidade primária de um bom cidadão é ser um bom consumidor no *shopping* da infovia.

A ideologia da tecnologia da informação promove um fatalismo que encoraja a passividade política pela alegação de que nossos destinos são determinados pela inevitável mudança tecnológica, as leis *naturais* de livre mercado, e pela força incontrolável do vendaval da destruição criativa global.

Heilbroner observa que [...] *ideologias são sistemas de pensamento e crença pelas quais as classes dominantes explicam para si mesmas como seu sistema social opera e a que princípios corresponde.* (1985, p. 107. Grifo de Heilbroner). A ideologia da tecnologia da informação é persistentemente exposta na *mídia* comercial e por *think tanks*³ financiados pela indústria, instâncias governamentais, políticos, futurólogos populares e empresários. As elites comerciais e políticas constantemente divulgam essa ideologia para justificar e explicar a si mesmas – e convencer os outros – que este é o modo de ser do mundo, o modo que tem que ser. Isso é, em resumo, um artifício retórico usado por razões ideológicas com intuito de persuasão. Como demonstra o professor de comunicação da Simon Fraser University, William Leiss, essa intenção persuasiva leva a uma circularidade auto-realizável. Se podemos ser convencidos de que a sociedade da informação, por exemplo, é inevitável e adequamos nosso

³ *Reservatórios de idéias*: missões interdisciplinares de futurólogos profissionais, em voga na década de 60, que traçavam cenários técnico-políticos antecipatórios. (N.T.)

comportamento e políticas para atendê-la, encontraremos a *inevitabilidade* da previsão inicial alcançada. Assim ele descreve este processo:

a) A *análise* desenvolve um modelo conceitual, nomeadamente, o conceito de sociedade da informação, cujo objetivo é influenciar...

b) As iniciativas de *políticas* que irão criar as condições favoráveis para condicionar uma...

c) *Resposta social* que, com o tempo, resulta em mudanças no comportamento social e novos...

d) *Padrões de comportamento* que retratam os originalmente previstos como desejáveis na...

e) Própria *análise*, desta forma confirmando as previsões do modelo sobre o que era inevitável. (LIESS, 1989, p.284)

A ideologia, com o tempo, se torna realidade.

Mercantilização da informação

Este é o domínio político que ameaça a biblioteca. As bibliotecas são marginalizadas como instituições que servem ao público. Por seu lado, a ideologia postula que o setor privado pode satisfazer mais eficientemente as necessidades dos consumidores, distribuindo-lhes diretamente informação através de um mercado eletrônico baseado em *infovia* construída e operada pelo setor privado. O *Industry Canada*⁴ recebeu do governo canadense mandato para promover a construção da *infovia* pelo setor privado, com foco na política de acesso *Connecting Canadians*, cujo objetivo é conduzir os canadenses ao *shopping* da Internet.

Quanto às informações geradas pelo próprio governo, os que partilham dessa ideologia consideram que deveriam ser vendidas diretamente ao consumidor ao invés de serem distribuídas gratuitamente através da biblioteca. A mercantilização da informação deve ser facilitada pelas políticas de *copyright* do governo que favorecem mais seus criadores do que os usuários e pela legislação sobre privacidade visando a promoção do comércio eletrônico, ao invés de necessidades sociais mais amplas. Além disso, a distribuição da informação no mercado deve ser promovida pela privatização e a desregulamentação dos serviços públicos, tais como bibliotecas, radiodifusão e telecomunicações que, anteriormente, eram requisitos para o atendimento das exigências das políticas de acesso público universal.

A confiança do governo sobre o setor privado para a construção da *infovia* tem tido uma conseqüência lógica e direta sobre os recursos financeiros das instituições públicas. A construção da infra-estrutura e o desenvolvimento de serviços exigem uma injeção maciça de capital. Por isso, a atenção quase obsessiva dada pela *mídia* popular às fusões e aquisições de empresas de tecnologia de informação, a emissão de IPOs⁵, a ascensão e queda do mercado de ações *Nasdaq*, a emergência do comércio eletrônico e o fenômeno da criação do dia para a noite de vinte e tantos novos milionários. De conseqüência mais direta para as bibliotecas é o resultado lógico de que corporações do setor de informação e telecomunicações – ávidas por absorver todo o capital disponível –

⁴ Departamento de Estado canadense. (N.T.)

⁵ *Initial Public Offerings*. Ações. (N.T.)

empenham-se em reduzir os fundos pagos ao governo, com a alegação enfática de que a redução do débito é mais alta prioridade governamental, que as empresas de telecomunicações, bem como seus empregados, devem ter isenção de impostos e que financiamento público deve ter como prioridade máxima o treinamento técnico e científico.

Abordagens críticas

Estudiosos de disciplinas que não a biblioteconomia têm desafiado a validade das premissas da ideologia da tecnologia da informação. De particular relevância para a biblioteconomia é o rico conjunto de pesquisas canadenses sobre economia política da comunicação. Inspirados pela obra de Dallas Snuthe, quando não diretamente formados por ele na University of Regina e na Simon Fraser University, um importante grupo de estudiosos no Canadá tem adotado uma agenda de pesquisas em economia política da comunicação. (MOSCO, 1996, p.82-97). Entre seus trabalhos, os bibliotecários devem consultar *The Pay-per Society* (1989) e *The Political Economy of Communication* (1996). Da mesma forma os textos de Robert E. Babe *Telecommunications in Canada* (1990) e *Communication and the Transformation of Economics* (1995). Dwayne Winseck, no seu *Reconvergence: a political economy of telecommunications in Canada* (1998), amplia o trabalho destes últimos estudos.

Ativistas em biblioteconomia, militando em entidades como o *Canadian Library Association Committee on Information Policy*, têm também desafiado as premissas da ideologia da tecnologia da informação. (CAMPBELL, 1998) Entretanto, os bibliotecários envolvidos na prática cotidiana – empenhando-se para formular estratégias políticas efetivas para garantir o acesso dos cidadãos ao conhecimento através das bibliotecas – carecem de um corpo de pesquisas que lhes forneça uma estrutura conceitual na qual possam desenvolver efetivas estratégias argumentativas. Nota-se que há escasso questionamento crítico sustentado por parte da biblioteconomia quanto às premissas que baseiam muitas das políticas econômicas governamentais. Quais seriam as características de uma economia política da biblioteconomia?

Bases para uma economia política da biblioteconomia

Em seu texto *The Political Economy of Communication* (1996), Vicent Mosco discute quatro características da economia política que fornecem uma estrutura que possibilite a formulação de uma economia política da biblioteconomia. (MOSCO, p.27-38). Para esse autor, a primeira característica de uma economia política é o foco sobre *transformações sociais e históricas*. Os bibliotecários não estão, é claro, inconscientes de que este é um tempo de transformação social. Porém, eles evitam análises críticas a estas mudanças: ao contrário, eles têm adotado acriticamente a simplificação popular de uma mudança para uma sociedade da informação. O estudo da história das bibliotecas tornou-se uma especialização secreta na biblioteconomia. Seu lugar no currículo das escolas de biblioteconomia e estudos da informação tem sido fortemente reduzido, resultando que seus novos membros tenham uma baixa compreensão dos contextos políticos e econômicos com os quais a biblioteca se defronta. (Talvez esta lacuna esteja sendo parcialmente compensada pela maior atenção que algumas escolas vêm dando atualmente às políticas públicas de informação).

Seguindo o foco sobre a mudança social, a economia política como disciplina dedica-se à *totalidade social*. Embora se dedique primordialmente aos aspectos econômicos e políticos da vida, ela engloba o largo espectro da vida social e cultural. Novamente, os bibliotecários têm cada vez mais estreitado sua perspectiva, concentrando-se em como eles mesmos, enquanto *gestores de informação*, podem contribuir para a transmissão eletrônica da informação para o consumidor, em vez do papel da biblioteconomia na promoção do acesso ao conhecimento em todas as suas formas na vida educacional, cultural, social, política e econômica do cidadão.

Uma terceira característica da economia política é seu enraizamento na *filosofia moral*, isto é, uma preocupação com os valores e práticas sociais. A biblioteconomia, com seu compromisso com o acesso universal ao conhecimento, certamente não é desprovida de valores morais. Os bibliotecários tendem a projetar a biblioteconomia como uma profissão objetiva que transcende quaisquer imperativos políticos ou morais específicos. Seu ideal é refugiar-se em uma ciência da informação livre de valores. Tal atitude é insustentável num momento em que a existência das bibliotecas é ameaçada por uma ideologia bastante disseminada que sustenta que a geração, distribuição e condições de acesso ao conhecimento devem ser providas através de uma economia de mercado baseada em uma infraestrutura construída e controlada pelo setor privado.

A quarta característica da economia política identificada por Mosco é a *praxis*, o mundo real da atividade humana. A economia política empenha-se em relacionar a teoria com a prática e, a respeito deste ponto, aproxima-se de disciplinas como a comunicação, os estudos culturais e sobre políticas públicas. O foco sobre a *praxis* leva à questão: quem criará uma economia política da biblioteconomia? Sempre houve uma lacuna entre o praticante da área e o estudioso das escolas de formação profissional. Desenvolver uma economia política da biblioteconomia pode fornecer um terreno comum que aproxime os profissionais e os pesquisadores. O estudioso da comunicação Herbert Schiller, ao delinear as características de uma economia política da cultura, identifica linhas de investigação que podem ser conjuntamente seguidas pelos profissionais e estudiosos da biblioteconomia:

"Isto requer, entre outras qualidades, a análise dos processos de tomada de decisão, a identificação o mais precisa possível de seus participantes, o peso de suas influências relativas e a análise dos fatores de agenciamento e omissão em jogo nas ações financeiras, administrativas e técnicas". (SCHILLER, p. 83)

Seguindo os pontos sugeridos por Schiller, uma economia política da biblioteconomia poderia examinar, por exemplo, a validade das premissas da ideologia da tecnologia da informação, como veio a ser incorporada nas políticas públicas e quais fins estão sendo atingidos.

Considerações finais: um convite à reflexão

As questões de políticas públicas de telecomunicações estão cada vez mais entre as questões que diariamente os bibliotecários enfrentam. Todas as questões que têm sido preocupações centrais da moderna biblioteconomia estão sendo desafiadas pelo avanço do desenvolvimento de uma economia global baseada na tecnologia da informação. Conceitos sobre os quais em outros

tempos havia consenso, como os direitos de propriedade intelectual, liberdade intelectual e acesso universal, estão abertos ao debate e redefinição no mundo da Internet. (ADAMS; BIRDSALL, 1999). A relevância de instituições públicas como a biblioteca é contestada por aqueles que defendem a adequação dos serviços às demandas geradas por aqueles que podem pagar. A confluência entre a pesquisa e a prática em uma economia política da biblioteconomia pode fortalecer a profissão bibliotecária para a defesa crítica e para o papel político que deve desempenhar na criação de um novo ambiente de telecomunicações que garanta o acesso da cidadania ao conhecimento.

Este artigo sustenta a necessidade de uma economia política da biblioteconomia, especialmente neste momento, quando uma ideologia da tecnologia da informação fortemente disseminada esforça-se em traçar o papel das bibliotecas como mecanismos de mercado na disseminação de informação e conhecimento. Além disso, penso que os profissionais da área devem combinar sua experiência na linha de frente da prática com a perspectiva teórica dos estudiosos para a formulação conjunta de uma economia política da biblioteconomia. Finalmente, incito os bibliotecários a aproximarem-se da tradição da economia política das disciplinas conexas dos estudos da comunicação, que podem fornecer estruturas conceituais e linhas específicas de investigação.

A political economy of librarianship

Librarians are striving to insure that libraries are part of emerging national and global information infrastructures. The creation of these infrastructures is typically presented as being the result of developments in information technology, in particular, the convergence of computing and telecommunications. Such a view encourages librarians to be lulled into thinking the challenge facing them is solely technical. This is not the case. The potential transformation of libraries due to developments in information technology cannot be divorced from political and economic forces driving technological change. Consequently, this paper argues that there is a need for a political economy of librarianship.

Key-words: Librarianship; Political economy; Information infrastructure; Information public policies.

Referências

- ADAMS, Karen; BIRDSALL, William F. (Ed.). *Understanding telecommunications and public policy*. Ottawa: Canadian Library Association, 1998.
- BABE, Robert E. *Communication and the transformation of economics*. Boulder, Colo.: Westview, 1995.
- BABE, Robert E. *Telecommunications in Canada: technology, industry, and government*. Toronto: University of Toronto Press, 1990.
- BIRDSALL, William F. The Internet and the ideology of information technology. *The Internet: transforming our society now, INET 96. Proceedings of the annual meeting of the Internet Society*, 1996. Montreal. Disponível em: http://www.crim.ca/inet96/papers/e3/e3_2.htm
- BLACK, John. *Oxford dictionary of economics*. Oxford: Oxford University Press, 1997.
- BUCHHOLZ, Todd G. *New ideas from dead economists*. New York: Plume, 1989.
- CAMPBELL, Brian. The politics of universal service. In: KAREN, Adams; BIRDSALL, William F. *Understanding telecommunications and public policy*. Ottawa: Canadian Library Association, 1998. p. 51-70.
- HEILBRONER, Robert. *The nature and logic of capitalism*. New York: Norton, 1985.
- _____. *Twentieth-first century capitalism*. Concord, ON.: House of Anansi Press, 1992.
- LEISS, William. The myth of the information society. In: ANGUS, Ian; JHALLY, Sut (Ed.). *Cultural politics in contemporary America*. New York: Routledge, 1989. p. 282-298.
- MOSCO, Vincent. *The pay-per society: computers and communication in the information age*. Toronto: Garamond Press, 1989.
- _____. *The political economy of communication*. London: Sage, 1996.
- SCHILLER, Herbert I. *Information and the crisis economy*. Norwood, NJ: Ablex, 1984.
- WINSECK, Dwayne. *Reconvergence: a political economy of telecommunications in Canada*. Cresskill, N.J.: Hampton Press, 1998.